

PÓS-GRADUAÇÃO

# DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL



CATÓLICA  
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

# DIREITO DO TRABALHO E DA SEGURANÇA SOCIAL

## COORDENADORES CIENTÍFICOS

Catarina de Oliveira Carvalho  
Milena da Silva Rouxinol

## CORPO DOCENTE

Ana Cristina Costa  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto  
Ana Lambelho  
Instituto Politécnico de Leiria  
Ana Teresa Ribeiro  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto  
António Frada  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto  
António Monteiro Fernandes  
Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa  
António Nunes de Carvalho  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa  
Bélen Fernandez Docampo  
Faculdade de Ciências Jurídicas e do Trabalho da Universidade de Vigo  
Bruno Mestre  
Magistrado Judicial  
Catarina de Oliveira Carvalho  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto  
Catarina Gomes Santos  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
Catarina Serra  
Escola de Direito da Universidade do Minho  
Duarte Abrunhosa e Sousa  
Advogado/CJUE  
Fernando Catarino José  
Subdiretor-Geral da DGERT  
Filipa Calvão  
Presidente da Comissão Nacional de Proteção de Dados/Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto  
Jaime Cabeza Pereiro  
Faculdade de Ciências Jurídicas e do Trabalho da Universidade de Vigo  
Joana Nunes Vicente  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
Joana Vasconcelos  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa  
João Leal Amado  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
João Reis  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra  
João Soares Almeida  
Advogado  
João Zenha Martins  
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa  
Jorge Leite  
Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

José João Abrantes  
Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa  
Júlio Gomes  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto  
Luís Gonçalves da Silva  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Luísa Andias Gonçalves  
Instituto Politécnico de Leiria  
Maria do Rosário Palma Ramalho  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Maria Irene Gomes  
Escola de Direito da Universidade do Minho  
Maria Regina Redinha  
Faculdade de Direito da Universidade do Porto  
Milena Rouxinol  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto  
Nuno Sousa e Silva  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto  
Paula Ponces Camanho  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto; Advogada  
Paulo Pichel  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola do Porto;  
Advogado  
Paulo Sousa Pinheiro  
Advogado  
Pedro Furtado Martins  
Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa – Escola de Lisboa;  
Advogado  
Pedro Madeira de Brito  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Pedro Romano Martinez  
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa  
Ricardo Nascimento  
Advogado  
Rita Canas da Silva  
Advogada  
Rita Garcia Pereira  
Advogada  
Rui Valente  
Advogado  
Teresa Coelho Moreira  
Escola de Direito da Universidade do Minho

## DESTINATÁRIOS

Advogados, juriconsultos, juristas de empresa, magistrados, técnicos de recursos humanos, empresários e outros profissionais da área da gestão de empresas titulares de uma licenciatura.

## PLANO DE ESTUDOS

- Contrato de trabalho: qualificação, presunção legal e figuras afins
- Nova ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho
- Regulamento Geral de Proteção de Dados
- Direitos de personalidade do trabalhador e tecnologias de informação
- Igualdade e não discriminação dos trabalhadores no Direito europeu
- Igualdade e não discriminação dos trabalhadores no Direito português
- Assédio moral e sexual no trabalho
- Proteção da parentalidade
- Trabalho de menores, trabalhador com capacidade de trabalho reduzida, com deficiência ou doença crónica
- Lei aplicável ao contrato de trabalho internacional e destacamento de trabalhadores
- Formação do contrato de trabalho e regime das cláusulas contratuais gerais. Condições de validade e alguns problemas em torno da invalidade (parcial) do contrato de trabalho
- Período experimental
- Objeto do contrato de trabalho, mobilidade funcional e categoria profissional
- Local de trabalho e mobilidade geográfica
- Segurança e saúde no trabalho
- Cláusulas de limitação da liberdade de trabalho
- Contrato de trabalho a termo resolutivo
- Contrato de trabalho temporário
- Comissão de serviço
- Trabalho a tempo parcial e trabalho intermitente
- Duração e organização do tempo de trabalho
- Férias, feriados e faltas
- Retribuição e a tutela do crédito retributivo
- Tutela do crédito retributivo
- Efeitos laborais da transmissão de unidade económica
- Trabalhador estudante
- Cedência ocasional de trabalhadores
- Formação profissional
- Suspensão do contrato de trabalho
- Grupos empresariais e societários - incidências laborais
- Caducidade do contrato de trabalho
- Revogação do contrato de trabalho
- Insolvência e recuperação de empresas: efeitos laborais do PER e do RERE
- Despedimento por facto imputável ao trabalhador: a justa causa disciplinar
- Poder disciplinar e procedimento disciplinar
- Despedimento coletivo
- Despedimento por extinção do posto de trabalho
- Despedimento por inadaptação
- Fundo de Compensação do Trabalho, Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho e Mecanismo Equivalente
- Ilicitude do despedimento
- Cessação do contrato de trabalho por iniciativa do trabalhador
- Livre circulação de trabalhadores
- Conceito de trabalhador no Direito europeu

- Fontes específicas de Direito do Trabalho: os IRCT negociais e não negociais. Alguns problemas relativos às portarias de extensão
- Relação entre fontes de regulação e princípio do tratamento mais favorável
- Liberdade sindical
- Estruturas de representação coletiva dos trabalhadores na empresa
- Convenção coletiva de trabalho: eficácia subjetiva
- Convenção coletiva de trabalho: eficácia temporal
- Interpretação das convenções coletivas de trabalho e controlo de constitucionalidade. Os usos laborais
- Conflitos coletivos e meios de resolução dos mesmos
- O papel da Administração do Trabalho na medição de conflitos coletivos
- Direito de greve
- Direito à greve na jurisprudência do TJ(UE) e as suas repercussões no direito dos Estados-membros. O Flashmob como meio de ação coletiva
- Princípios gerais de segurança social
- Proteção social no desemprego. Relevância da segurança social nas reestruturações empresariais
- Aspetos procedimentais do Código Contributivo
- Proteção social na doença e na parentalidade
- Aspetos fiscais do trabalho por conta de outrem: tributação e contribuições
- Contraordenações laborais

## PROPINAS GERAIS

10 propinas de 180 € (pagamento de setembro 2018 a junho 2019).

## CARGA HORÁRIA

As sessões decorrem, em regra, às quintas-feiras e sextas-feiras das 18h15 às 20h15, de acordo com o plano de estudos. Excecionalmente poderão decorrer ao sábado de manhã.

## DURAÇÃO

O curso tem início a 20 de setembro de 2018 e termina a 29 junho de 2019, totalizando 160 horas letivas, mais 100 horas atribuídas à elaboração do trabalho final de avaliação ou preparação para o exame escrito (em função da modalidade de avaliação escolhida pelo discente).



**CATÓLICA**  
FACULDADE DE DIREITO

ESCOLA DO PORTO

**CONTACTOS**

Estudos Avançados e Formação

e | [formacao.avancada@porto.ucp.pt](mailto:formacao.avancada@porto.ucp.pt)

t | 226 196 202/243

[www.direito.porto.ucp.pt](http://www.direito.porto.ucp.pt)